

# **Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes.**

Ana Paula Serpa Nogueira.

Cita:

Ana Paula Serpa Nogueira (2008). *Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes*. IX Congreso Argentino de Antropología Social. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales - Universidad Nacional de Misiones, Posadas.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-080/124>

## **Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes.**

**Ana Paula Serpa nogueira**  
**UENF/ CCH/PGPS – Brasil**  
**serpanogueira@yahoo.com.br**

### **Resumo**

O principal objetivo deste estudo em desenvolvimento é analisar a política de remoção da prefeitura de Campos dos Goytacazes-RJ, tendo como objeto os relatos dos habitantes do Conjunto Habitacional da Aldeia, removidos em 2001, e a memória coletiva expressa por eles. Interessa saber como a reconfiguração espacial afetou a identidade coletiva e os laços de solidariedade local. Isto terá como instrumento privilegiado a “reconstituição” da experiência mediante relatos de vida e a representação da mudança que eles exprimem. Trata-se de ir além de uma análise puramente economicista ou política para avaliar o impacto social destas políticas remocionistas sobre a população estudada. Dessa forma, buscamos entender a política de remoção pela percepção e memória dos moradores, utilizando como instrumento entrevistas com os mesmos e a observação direta da comunidade em seu dia-a dia.

Palavras chave: Política Urbana, Remoção de favelas.

### **1-Introdução**

A proposta desta pesquisa é analisar a política de remoção de favelas da prefeitura de Campos dos Goytacazes tendo como objeto os relatos dos habitantes da favela da Aldeia e a memória coletiva expressa por eles. Interessa saber como a reconfiguração espacial afetou a identidade coletiva e os laços de solidariedade local. Isto terá como instrumento privilegiado a “reconstituição” da experiência mediante relatos de vida e a representação da mudança que eles exprimem. A favela da Aldeia localizava-se em Campos dos Goytacazes-RJ, às margens do Rio Paraíba do Sul. Em 2001, através de uma parceria entre o Estado e a prefeitura, os moradores da Aldeia foram removidos para um conjunto habitacional construído próximo ao local da favela. Esta constituiu um dos primeiros passos de um tipo de política que parece destinada a se expandir. Hoje o município já possui 16 conjuntos habitacionais. A remoção é apresentada como solução para a questão habitacional em Campos<sup>1</sup>, bem como para outros municípios da região. Macaé também vem promovendo, através da prefeitura, uma política de remoção de favelas, e os projetos de habitação popular da prefeitura somam 2493 unidades<sup>2</sup> já iniciadas ou prestes a se iniciar.

---

<sup>1</sup> Isto é visível nas políticas de desfavelização do prefeito de Campos Alexandre Mocaiber promovidas ao longo de seu mandato.

<sup>2</sup> Dados do site da prefeitura de Macaé. Em 2007 foi inaugurado o condomínio Cidadão 2006 (307 unidades) e a prefeitura já tem outros projetos em andamento.

A retomada da política de remoção por parte dos municípios apresenta diferenças com aquele tipo de política urbana que marcou fortemente o panorama do Rio de Janeiro durante a década de 60: a descentralização da política habitacional e o abandono da crítica à política de remoção. Com efeito, aqueles estudos evidenciaram que as políticas de remoção - muitas vezes mal planejadas - possuem efeitos negativos, pois além de aumentar o tempo e os custos de locomoção, o aumento das despesas com habitação (água, luz, gás, etc.) e a incapacidade de pagamento da habitação agravam a pobreza e a exclusão dos benefícios da vida urbana. Até que ponto a retomada da política de remoção corrige os erros do passado?

## 2.1- A urbanização brasileira e o processo de segregação

De acordo com Souza (1996), o processo de urbanização brasileiro tem início nas décadas finais do século XIX. Com o advento da industrialização do Sudeste, no início do século XX, este processo vai se configurando. Após a Segunda Guerra Mundial, com a política de substituição de importações, a urbanização se acelera consideravelmente. A população urbana, que não passava dos 10%, supera a população rural.

A urbanização que marcou o cenário das cidades brasileiras tem sido acompanhada de uma série de problemas de ordem social, deixando setores expressivos da população relegados a um quadro de extrema pobreza, miséria e exclusão social. Neste contexto, a maneira de habitar que proliferou de forma desordenada foi a favela, forma perversa do processo de degradação das condições de vida de amplos segmentos da população, nas grandes e médias cidades.

De acordo com Corrêa (1995), a distribuição espacial na cidade capitalista é uma expressão dos processos sociais de acumulação de capital e de reprodução social. Assim, os processos espaciais são responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista. A segregação é um produto da existência de classes sociais que se espacializam diferenciadamente no espaço urbano, sendo esta algo que tem ocorrência desde a origem das cidades e das classes sociais<sup>3</sup>. A separação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, significando um meio de privilégios para a classe dominante e de controle das outras camadas. Para o autor não existe somente a segregação espacial, mas também a política, a social, a econômica e tantas outras quantas forem necessárias para se estabelecer a dominação.

Atualmente é fácil identificar em nossas cidades a diferenciação entre os lugares. A este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano é que os analistas da cidade chamam de segregação espacial. O processo de segregação sócio-espacial resulta de uma distribuição desigual de serviços e de infra-estrutura entre diferentes locais e classes sociais que compõem o espaço urbano, sendo uma expressão da alta concentração de renda. Para Rolnik (1998), é como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos habitantes. Para a autora, *“a fronteira entre um bairro chique e um bairro popular pode ser uma rua, uma ponte, ou simplesmente nada muito aparente, mas somente uma imagem, um ponto, uma esquina”* (Rolnik, 1998, p. 41). Dessa forma a segregação pode ser sutil ou altamente expressiva.

A segregação para Castells (2000) é um processo pelo qual uma unidade social é homogênea dentro de si. Todavia, esta se diferencia fortemente em relação às unidades exteriores através de um distanciamento social originado do sistema de estratificação. A

---

<sup>3</sup> Para Corrêa, a segregação não é algo específico do capitalismo, mas da cidade em si. Contudo, como a segregação é uma expressão da sociedade, a cidade capitalista é fortemente dividida em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes.

distribuição das moradias no espaço é um elemento que produz diferenciação social. As características das moradias e de sua população se relacionam através da capacidade social e econômica dos indivíduos em adquirir uma determinada habitação em função de suas rendas. Dessa forma, ocorre uma estratificação urbana que corresponde a um sistema de estratificação social. Onde ocorre uma distância social que se expressa espacialmente existe segregação urbana.

Vilaça (1998) também analisa a segregação das classes sociais e considera esta um processo sobre as quais diferentes classes ou camadas sociais procuram se concentrar em regiões gerais ou conjuntos de bairros dentro do espaço urbano. É a concentração de uma classe dentro do espaço urbano. Para o autor, o que determina em uma região a segregação de uma classe é a concentração significativa desta mais do que em qualquer outra região geral da cidade. A segregação é um exclusivismo de classe dentro da cidade.

Milton Santos (1987) também é importante no debate sobre a segregação espacial. O autor chama a atenção para o direito que o cidadão deveria ter à mobilidade espacial e ao acesso a serviços públicos, questionando assim a retenção da pobreza em determinados espaços. Santos também demonstra o direito do cidadão em permanecer no seu lugar identitário, criticando com isso a descaracterização de bairros, a expulsão de favelados, os despejos tão próprios das políticas urbanas associadas aos interesses do capitalismo e do mercado.

O papel do Estado como elemento de produção de segregação também é analisado por Rolnik (1998), tendo em vista o elemento diferenciador da intervenção e dos elementos públicos no espaço. Quando se fala da dicotomia de regiões nobres e pobres, pode-se referir a espaços equipados com o que há de mais moderno em matéria de serviços urbanos, e em contraposto, espaços em que o Estado pouco investe na configuração destes equipamentos. As imensas periferias sem água, luz ou esgoto são evidências claras de uma política discriminatória por parte da administração pública, um dos fortes elementos produtores de segregação. Davis (2006) também analisa o papel do Estado enquanto agente propiciador da segregação. Segundo o autor:

*“A segregação urbana não é um status quo inalterável, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, e do “embelezamento” e até da “justiça para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalhadores de classe média.”* (Davis, 2006, p. 105)

Segundo Vilaça (1998), a segregação urbana pode ser considerada como uma crescente separação entre zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e às mais populares. A segregação é um processo dialético em que o isolamento de um bairro de classe alta provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outro de classe baixa. Este processo também é analisado por Corrêa (1995), já que o autor afirma existir uma dupla segregação que se inter-relaciona. Os ricos promovem uma “auto-segregação” com condomínios e bairros requintados, e os pobres, cujas opiniões de onde e como morar são quase nulas, se vêem levados a habitar nas áreas menos privilegiadas e desprovidas de serviços.

Para Vilaça (1998), devido às incertezas econômicas pelo medo da criminalidade, vivemos um momento de obsessão na construção de muros e cercas que confirmem os espaços diferenciados. Isto se deve à proximidade cada vez maior, através da crescente expansão urbana, entre ricos e pobres. A segregação permanece através do afastamento dos indesejados.

*“A segregação é manifesta também no caso dos condomínios fechados – muros de verdade, além de controles eletrônicos, zelam pela segurança dos moradores, o que significa o controle minucioso das trocas daquele lugar com o exterior.”*

(Rolnik, 1998, p. 42)

Neste contexto habitacional, as cidades estão atualmente marcadas por uma dupla segregação: daqueles que se auto-segregam em condomínios de classe alta, em busca de segurança; e daqueles que são removidos para conjuntos habitacionais localizados nas periferias destas. Essas ações representam políticas urbanas que expressam o que Lefèbvre (1969) chamou de destruição da urbanidade vista como “...encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (Lefèbvre, 1969, p. 20). Isto significa a restrição dos espaços de encontro e convívio, em que as diferenças se confrontam. Significa, também, a existência de mecanismos que cerceiam determinados atores sociais de participar da vida urbana em sua plenitude, o que representa sérios danos ao exercício da cidadania. Ao restringir as utilizações e apropriações do espaço urbano pelas camadas populares, estas ações reafirmam e garantem a distância entre os entes que compõem o cenário urbano – dificultando, com isso, o exercício pleno da democracia e o respeito à alteridade -, como, também, estigmatiza ainda mais os moradores pobres.

## **2.2 - Políticas públicas e políticas de habitação no Brasil.**

### **2.2.1 – A política de habitação no processo de descentralização:**

No Brasil, o Governo Federal liderou a intervenção na habitação através de uma política nacional, implementada em meados da década de 40, com a Fundação da Casa Popular (FCP). Contudo, a política habitacional tem como referência principal a criação do BNH, a partir de 1964, durante o período militar.

O BNH passou a ser o órgão encarregado no país das questões de cunho urbano, especificamente a habitação. Em 1966, o BNH também foi responsável pela criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), como uma forma de gerar recursos para seus programas. Contudo, problemas de inadimplência dos mutuários, falta de liquidez e o déficit do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) culminaram com a extinção do BNH em 1986. As atribuições do BNH foram transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF). (Póvoa, 2002)

Ao longo dos anos 80, recuperaram-se as bases do Estado federativo no Brasil após quase duas décadas de ditadura. Mas a redemocratização só foi completa com a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Através dela, cada nível de governo obteve autoridade política soberana e autônoma. As políticas sociais brasileiras buscavam a descentralização sob um estado federativo. Estados e municípios, uma vez dotados de autonomia política e fiscal, assumiram algumas funções de políticas públicas, seja por vontade própria, por adesão a programas propostos ou por imposição constitucional. (Arretche, 1999).

Segundo Melo (1993), a centralização das decisões durante o período militar foi relacionada à causa do fracasso e ineficiência das políticas brasileiras. Além disto, este sistema representava um acesso privilegiado de interesses privados. Dessa forma, a descentralização passou a ser considerada um elemento chave para alcançar maior eficiência e transparência durante a definição e implementação das políticas. Para Arretche (1999), houve nos anos 80 um consenso de que formas descentralizadas de fornecimento de políticas públicas seriam mais democráticas e eficientes, garantiriam equidade, justiça social, diminuição do clientelismo e maior controle da sociedade sobre o poder público.

A Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas nas políticas públicas nacionais. A descentralização das políticas era vista como um meio de alcançar a eficiência e a eficácia. Políticas que eram do âmbito federal foram transferidas para governos dos estados e municípios, entre elas, a habitação.

*“Propôs-se a descentralização e a regionalização dos programas nacionais de saneamento e habitação; a descentralização, universalização e democratização dos programas de educação básica; o abandono das práticas clientelistas e a municipalização da assistência social como forma para que a prestação de serviços assistenciais equivalesse a um direito de cidadania; a unificação e a descentralização de um sistema nacional de saúde capaz de universalizar o atendimento à população.”*  
(Arretche, 1996, p. 57)

Além disto, a globalização e o neoliberalismo exigem dos países uma redução de seu papel de interventor econômico e no financiamento e promoção de políticas sociais - um Estado mínimo. Neste contexto, enquanto ocorre a diminuição do papel do Governo Federal, temos a valorização dos governos locais. São elaboradas mudanças para o fortalecimento e a autonomia dos municípios, através da municipalização das políticas sociais e da descentralização administrativa.

Segundo Arretche (1999), com exceção da área de previdência social, as demais áreas da política social, ou seja, educação fundamental, assistência social, saúde, saneamento e habitação popular, estão passando por um processo de descentralização. Neste processo, o governo federal transferiu um conjunto de atribuições para os governos estaduais e municipais.

Contudo, Arretche deixa claro que o alcance da descentralização varia de acordo com as políticas. Enquanto a alocação de recursos do FGTS e a merenda escolar estão totalmente descentralizadas, outras políticas ainda sofrem recusa dos governos locais na atribuição de competências. Neste contexto, a descentralização deveria ocorrer através de estratégias de inclusão por parte dos governos interessados em transferir competências de gestão, para obter a adesão de governos locais.

A área de habitação e a implementação das políticas do setor tornaram-se responsabilidade do poder público local, estadual ou municipal. Em decorrência disto, observam-se no país diversas iniciativas do poder local na área de habitação, o que varia de lugar para lugar. Também é fato que os recursos destas políticas não são constantes, e além disto, sua implementação depende da disposição e vontade dos governos locais.

De acordo com Melo, diante dos problemas apresentados pela habitação durante o Regime Militar (principalmente em 80 com os escândalos do Sistema Financeiro de Habitação e com a crise de seus mutuários), o setor habitacional obteve grande importância na agenda reformista redemocratizante. Com isso, na “Nova República” foi criado no País o primeiro Ministério do Desenvolvimento Urbano, bem como a formação de um grupo de trabalho para a reformulação do Sistema Financeiro de Habitação.

Contudo, em 1986, durante o governo Sarney, a extinção do BNH e a atribuição de suas competências (atividades e pessoal) para a Caixa Econômica Federal foi caracterizada por descontinuidades e fragmentação institucional, o que acarretou a marginalização da habitação na agenda de governo. De uma questão central, passou a ser uma questão marginal, principalmente devido ao processo de fragmentação de interesses dos agentes de setor (Melo 1993).

Segundo Arretche (1996), após o fim do BNH e com o processo de descentralização, observou-se uma ausência significativa do poder federal no que tange à política habitacional. Contudo, diante da diversidade dos municípios e da correlação de forças neles presentes, a

descentralização nem sempre demonstrou, ao longo dos anos, o sucesso ao qual foi proposta. O projeto de descentralização não considerou a heterogeneidade dos municípios brasileiros.

### **2.2.2 – As políticas de habitação e o discurso remocionista**

No Brasil, ao longo do tempo, definiram-se duas propostas básicas de atuação do Estado nas favelas: a primeira é o desfavelamento ou a remoção, o que implica a transferência dos moradores e a extinção das favelas do espaço urbano; em contraponto temos a urbanização das áreas faveladas, prevendo a permanência dos moradores na área e a introdução de melhorias na infra-estrutura do local e a divisão do terreno em lotes e frações ideais (Valladares, 2000). De acordo com Davis (2006):

*“Desde a década de 1970, tornou-se lugar-comum para os governos do mundo todo justificar a remoção das favelas como modo indispensável de combater o crime. Além disso, as favelas costumam ser consideradas uma ameaça simplesmente por serem invisíveis para a vigilância do Estado e, com efeito, estarem ‘fora do panóptico’”.*  
(Davis, 2006, p.117)

De acordo com Valladares, durante muito tempo a população das favelas foi associada à marginalidade, uma ideologia que teve grande vigência na América Latina e no Brasil e que influenciou muitas políticas:

*“A marginalidade era compreendida como algo a ser erradicado materialmente, um sintoma que teria uma cura simples: remoção de favelas e construção de moradias adequadas de baixo custo”.*

(Perlman, 1997, p. 138 *apud* Valladares, 1982)

Embora seja necessário, em alguns casos, pela favela ser localizada em áreas de risco, as políticas de remoção foram muito criticadas por diversos pesquisadores do tema. Para Valladares (1978), o desfavelamento pode gerar conseqüências como o aumento das despesas com a habitação, provenientes da necessidade de arcar com o pagamento dos serviços urbanos. Também se percebe a desintegração gerada pela destruição da favela e dos laços sociais de solidariedade então predominantes. Aponta-se também que, em muitos casos, as pessoas remanejadas não se fixam nas áreas devido ao atraso das prestações que não conseguem pagar, ou à “expulsão por mecanismos de mercado” - vendendo seus “direitos” sobre as casas e voltando para outras favelas.

Segundo Soares e Espinheira (2006), a transferência de um lugar marcado pela informalidade urbano-jurídica para outro considerado formalizado, tende a ser acompanhada de encargos financeiros, que os novos moradores não estão preparados para arcar. A população transferida para o conjunto habitacional, mesmo morando em uma casa de alvenaria, continua à margem de uma esperada humanização cidadina, tornando-se patente que o direito à ocupação foi dado, mas o direito à cidade não. Estas pessoas passam a viver em uma moradia diferente, com novos vizinhos e com uma relativa infra-estrutura; pois, como morador da unidade habitacional, ele terá acesso a saneamento, luz elétrica, água, telefone, ruas pavimentadas e calçadas. Estes benefícios virão acompanhados de encargos financeiros que antes não existiam. A verdadeira inserção, neste caso, é pelo lado do pagamento de tarifas, taxas e impostos. Os moradores utilizam-se de uma relativa infra-estrutura e não possuem subsídios financeiros para sua manutenção, pois a maioria dos moradores removidos

é de desempregados ou trabalhadores sem renda fixa, que sobrevivem de biscates e atividades informais. Segundo os autores:

*“A cidade absorve o conjunto habitacional, em tese, e o integra em seus micro-espços formais ou informais. O conjunto habitacional, quando localizado em espaços informais e desassistidos por políticas sociais de promoção humana e urbana, constitui em uma variável do planejamento “fragmentista”, que se manifesta quando a projeção urbana é concebida de maneira idealista, não considerando a realidade global da cidade e as reais condições da população que nela habita, tendo como a priori apenas o aspecto de inserção estrutural física. Com este planejamento há a continuidade das “cidades repartidas” dentro de uma cidade que é idealizada como unitária”.*

(Soares e Espinheira, 2006)

Durante várias décadas, mas principalmente nas décadas de 60 a 70, o poder público mantinha sobre a favela um discurso remocionista. Na década de 60, uma grande política de remoção foi implantada no Rio de Janeiro, quando as pessoas foram removidas para a Cidade de Deus e Vila Kennedy, em locais distantes do centro da cidade. (Zaluar, 1999)

Segundo Zaluar (1985), muitos fatores entraram em cena para que se efetivasse a execução dos programas habitacionais, a começar pelas pressões exercidas pelas empresas de construção civil, interessadas nos lucros da construção das casas populares. Além disto, funcionava como um meio de acalmar as camadas populares. Esta mesma questão é apontada por Valladares (1982):

*“Ao lado das funções econômicas da indústria de construção civil, a opção por um grande plano de investimentos na construção de habitações populares é pensada como resposta à crise política, tendo em vista o significado da “casa própria”, que se torna “um símbolo que é desejado por tudo que ele representa: segurança, status, renda, etc.”*

(Valladares, 1982, p. 39)

Para Valladares (1981), ocorreu toda uma estratégia política por detrás da casa popular, pois nos períodos mais autoritários, em que o voto do favelado não tinha muita importância, é que a política de remoção compulsória era executada. Em contrapartida, em períodos populistas, programas de urbanização ou de inserção voluntária em conjuntos são mais utilizados.

Em 1994, a intervenção pública na favela ganhou um novo impulso através de um projeto de urbanização sistemática desta. Este plano foi realizado pela Secretaria Municipal Extraordinária de Habitação no Rio de Janeiro, que lançou entre outros programas o seu mais conhecido: Favela-Bairro. Este projeto consistia em uma urbanização, promovendo equipamentos e infra-estrutura a estas áreas para transformá-las em bairros (Vaz & Jacques, 2004).

Para Valladares (1978), os programas habitacionais remocionistas não tiveram êxito, pois viam a favela apenas como um problema habitacional e de uso de solo. Não consideravam as características de sua população e o porquê de morarem em favelas. Hoje, o uso da remoção como principal solução para a favelização, principalmente nas cidades de médio porte, revela que a municipalização não acumulou com a experiência das grandes cidades.

### **2.3 - O sentido do habitar e a transição para um conjunto habitacional.**



O ato de "habitar" está na base da construção do sentido da vida, nos modos de apropriação dos lugares da cidade, a partir da casa. Dessa forma, o ato do habitar produz a "pequena história", aquela construída nos lugares comuns, por sujeitos comuns, na vida diária. Neste sentido, habitar possui um sentido mais amplo e social e não se resume a apenas um lugar para dormir, mas para permanecer e manter laços. Heidegger (1994) nos propõe a revisão do conceito de habitação, recorrendo à genealogia do termo e identificando a relação entre o significado de construir e habitar. *“Construir significa habitar. Isto quer dizer: permanecer-se, deter-se”*.

Para Lefébvre (1999), é necessário encontrar o sentido do habitar, considerado por muitos equivocadamente como *“negligenciável”*. Contudo, para o autor, dentre os níveis do fenômeno urbano, *“O essencial, o fundamento, o sentido provêm do habitar”*. A relação do ser humano com a natureza e com a sua própria natureza (ser) reside no habitar. Segundo Lefébvre:

*“Para reencontrar o habitar e seu sentido, para exprimi-los, é preciso utilizar conceitos e categorias capazes de ir aquém do vivido do habitante, em direção ao não conhecido e ao desconhecido da cotidianidade (...). A relação do ser humano com a natureza e com a sua própria natureza, como o “ser” e seu próprio ser, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê. (...) O ser humano não pode deixar de edificar e morar, ou seja ter uma morada onde vive sem algo a mais ou a menos que ele próprio: sua relação com o possível como com o imaginário. (...) A casa e a linguagem são os dois aspectos complementares do “ser humano”.* (Lefébvre, 1999, p.81)

Dessa forma, o autor afirma que a necessidade de habitar pertence a todo ser humano, e quando não lhe são dadas condições para habitar de forma correta *“ele (o ser humano) a fabricará à sua maneira”*. Assim, diante da necessidade de habitar, mas em uma sociedade em que a habitação é um privilégio, vemos as estratégias de sobrevivência da população que não possui acesso a uma casa. Dentre estas estratégias, destaca-se a favela.

A favela é uma das formas de habitar diante da não obtenção de uma moradia formal. Contudo, habitar vai além da aquisição de um mero espaço físico, mas envolve também a formação de uma coletividade que coloca homens e mulheres em um mesmo espaço organizado, o que vai identificar uma comunidade (Lima, 2007). E, desta forma, o habitar instaura uma dimensão de comunidade no sentido em que é comum a todos, a formação de um espaço tornado emblemático e, neste sentido, carregado de significados.

Além da dimensão comunitária, na favela, a casa funciona não apenas como abrigo, mas para diversas atividades diferentes e de acordo com as necessidades diárias. Podem-se acrescentar cômodos, abrir comércio, utilizar o quintal para plantar/criar animais, etc. Desta forma, a transição para um conjunto habitacional pode se revelar mais complexa do que o imaginado.

Independente do número de habitantes que residem no seu interior, o tamanho das habitações populares no Brasil varia entre 34m<sup>2</sup> a 40m<sup>2</sup>. Essa metragem menor que as menores habitações da classe média-alta que, geralmente, possui famílias pequenas. Também é necessário considerar a metragem dos terrenos que abrigam áreas verdes e de lazer, que ultrapassa os terrenos das habitações populares (Dias & Mitchel, 2006, p.4). Para Sayad:

*“Porque se trata de construir para uma clientela pobre, a mais pobre entre todas as categorias de locatários pobres, serão construídas pobremente habitações de pobres. Construir-se-á de maneira indigente, seja do ponto de vista institucional urbanístico, arquitetônico ou técnico, o que significa que se construiria em terrenos pobres (isto é, em bairros periféricos, muito longe do centro e mal servidos...) como se a maior preocupação*

*fosse amortizar ao máximo o custo do terreno e o custo de seu aproveitamento e de sua ocupação...*” (Sayad, 1991 p.103)

Contudo, o espaço, o local, a casa exercem um papel de recurso que os planejadores urbanos não reproduzem ao construírem as casas populares. A casa e seu entorno são mais que apenas um espaço físico, mas funcionam como lugar de encontro, de sociabilidade, de comércio e outros recursos não previstos ou ignorados na construção da habitação social nos conjuntos. Segundo Santos, 1999, este aspecto é relevante já que “...os detentores de recursos competem vantajosamente com aqueles que não dispõe” (p.194). Assim, segundo Leitão & Andrade:

*“No Rio de Janeiro, observa-se nos conjuntos habitacionais implementados pelo poder público para a população de menor renda, que a maioria de seus moradores promove alterações significativas nas edificações originais, com o objetivo de atender a necessidades e funções não previstas inicialmente nos projetos desenvolvidos por arquitetos e engenheiros. Essas alterações têm, ainda, um outro caráter que não se refere propriamente a aspectos meramente pragmáticos: visam, também, responder a representações simbólicas, cuja materialidade, muitas vezes, não encontra respaldo na racionalidade projetual e construtiva.”*

(Leitão & Andrade, 2007, p.3)

Desta forma, a produção de conjuntos habitacionais não atende às estratégias de sobrevivência da população a ele destinada. Assim, não é difícil ver que em pouco tempo os conjuntos estão totalmente descaracterizados, tendo em vista seu modelo original. Estas transformações caracterizam mudanças e permanências no sentido e forma de habitar:

*“As transformações promovidas pelos moradores não se restringem à própria moradia; envolvem também os espaços públicos, conferindo-lhes novos usos e funções, imprevistos no projeto original. Estas transformações buscam, inegavelmente, adaptar o espaço para necessidades e anseios não contemplados pelos planejadores. Mais ainda, os investimentos na ampliação da moradia original constituem uma forma de poupança tanto pelo caráter simbólico – materialidade, segurança, ascensão social - atribuída, em nossa cultura, à casa própria, bem como pela possibilidade de auferir renda, através de aluguel ou venda. Estes acréscimos irão, também, em alguns casos, atender a situações tais como o casamento de um filho ou a criação de uma atividade comercial que complemente a renda da família.”*

(Leitão & Andrade, 2007, p.15)

De acordo com Davis (2006), a não atenção dos planejadores urbanos na construção da habitação social com as estratégias de utilização do espaço (seja no âmbito social, cultural, político ou econômico) é percebida em diversas partes do mundo. Segundo o autor:

*“Em sua reestruturação da economia espacial de Hong Kong, os urbanistas raramente deram atenção às verdadeiras estratégias de sobrevivência dos pobres urbanos, inclusive o uso freqüente da moradia como oficina ou a necessidade de morar perto dos mercados e das fábricas centrais. A incompatibilidade entre as moradias periféricas... com a estrutura social e a economia informal das comunidades pobres é, naturalmente, uma história antiga; um pecado original repetido há décadas no mundo todo por reformadores e czares urbanos.”*

(Davis, 2006, p.72)

Assim, o que se observa é que não há participação das camadas populares na elaboração e construção das habitações sociais. A maioria dos projetos habitacionais não considera as práticas usuais, os vínculos comunitários e a história local, já que a população removida não é ouvida na elaboração do projeto.

### 3 – A política habitacional em Campos dos Goytacazes

A cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, vive um processo de acelerada urbanização, que como em boa parte da experiência brasileira leva à precarização das condições habitacionais. Segundo Filho (2003), Campos passou de uma população de 200.327 habitantes em 1950, para 406.279 identificados no Censo do IBGE em 2000. O crescimento não é tão grande se comparado ao das metrópoles, no mesmo período. Isto se explica pela decadência econômica do município, que foi uma referência nacional na produção de cana de açúcar, até o final dos anos 60. Contudo, na década de 70, com a descoberta do petróleo, criam-se expectativas de desenvolvimento uma vez que Campos torna-se referência nacional como produtor de petróleo. Assim, nos últimos anos, a cidade exprime um crescimento evidenciado no aumento do número de universidades, do setor serviços e do comércio, o que se traduz na expansão da indústria da construção e da especulação imobiliária, enquanto a periferia se expande de forma desordenada e precária.

O município vive uma situação contraditória: embora sua receita seja uma das maiores do estado do Rio de Janeiro, dado que entre os anos 2001 e 2002 mais de 50% da receita do município foi proveniente dos *royalties*, sua população é uma das mais pobres do Estado, sofrendo um processo de “pauperização” cada vez maior.

Assim, o Censo de 2000<sup>4</sup> identificou a existência de 32 favelas no município, onde habitam 16.876 pessoas em 4.842 domicílios ocupados. As favelas existentes em Campos dos Goytacazes são as seguintes:

**TABELA 1- Favelas em Campos segundo dados do IBGE, 2000**

1	Aeroporto/Bonsucesso	9	Av. Central	17	Bairiri/Madureira	25	Risca-Faca
2	Escova do urubu	10	Santa Luzia	18	Fofoca	26	Siqueira e Silva
3	Baleeira	11	<b>Aldeia</b>	19	Lagoa do Vigário	27	Tira-Gosto
4	Escova urubu- 1o distrito	12	São Mateus	20	Palestra	28	Rio Ururáí
5	Ilha do Cunha	13	Fundão	21	Inferno Verde	29	Bela Vista
6	Oriente	14	Estrada do Carvão	22	Matadouro	30	Chatuba
7	Presidente Vargas	15	Goytacazes/Canema	23	Patronato	31	Escova urubu
8	P. Prazeres	16	Margem da Linha	24	Ilha de Ururáí	32	Farofa

Fonte: IBGE, 2000 (Elaboração: própria)

Segundo a prefeitura de Campos<sup>5</sup>, a cidade possui duas favelas a menos, já que, a favelas Siqueira e Silva e da Chatuba passaram por intervenções urbanísticas. A favela da Chatuba foi

<sup>4</sup> Segundo o IBGE, a favela se caracteriza como uma área composta por no mínimo 50 domicílios com edificações construídas em terrenos invadidos; construção tipo rústica e simples; onde o morador não possui termo de posse do domicílio e na qual a grande maioria não possui infra-estrutura pública adequada e de urbanização.

<sup>5</sup> Dados do Site da Prefeitura de Campos 2007 - “www.campos.rj.gov.br”

totalmente removida para o Conjunto Habitacional Oswaldo Gregório (2005). Em 2007, parte da favela Matadouro também recebeu 228 apartamentos populares, construídos pela prefeitura de Campos.

O município de Campos registrou, em 2002, um déficit habitacional de 11.094 domicílios, sendo a maioria nas famílias de renda de até dois salários mínimos<sup>6</sup>. Nestas circunstâncias são necessárias políticas habitacionais que consigam superar esta carência, entre as quais a política de remoção parece ser a mais relevante. Assim, em entrevista recente, o atual prefeito Alexandre Mocaiber afirmou<sup>7</sup> que “*Vamos continuar com essa política habitacional que visa acabar com as favelas da nossa cidade e dar vida digna para as pessoas, que moram em locais insalubres*”. A declaração do prefeito expressa certa concepção da questão habitacional, e sobretudo assinala a consolidação de políticas descentralizadas para dar conta da mesma.

Com efeito, após a Constituição de 1988, a habitação popular ficou a cargo de Estados e Municípios. De acordo com essa descentralização, a partir de 1990 multiplicam-se os programas habitacionais realizados em Campos por iniciativa municipal. Foram: *Pode entrar que a casa é sua*, *O Vale construção*, *SOS Habitação* e *Cada família têm um lote*.

Contudo, segundo Póvoa (2002), os programas habitacionais existentes em Campos não surgiram em decorrência de um planejamento estruturado, mas em função de situações emergenciais que exigiam soluções rápidas e, muitas vezes, de natureza política. Segundo a mesma autora, o programa *Pode entrar que a casa é sua* foi o mais produtivo entre todos. Entre 1999 e 2001 foram construídas 819 casas populares tendo como prioridade uma política de remoção para famílias que moravam em áreas de risco e em favelas.

**TABELA 2 - Relação dos Conjuntos habitacionais construídos em Campos dos Goytacazes até o momento**

Ano	Conjunto habitacional	Localização	Unidades
1966	João XXIII (*)	Pq. Nova Brasília	256
1968	Parque Lebret (*)	Pq. Lebret	230
1970	Guadalaraja (*)	Pq. Pecúria	280
1980	João Paulo (*)	Ururai	420
1999	Nova Jerusalém	Pq. Esplanada	60
1999	Morro do coco	BR 101 (12 Distrito)	59
2001	Parque Aldeia	Rodovia Campos - Itaperuna	400
2001	Eldorado	Pq. Eldorado	300
2005	Oswaldo Gregório	Estrada do Carvão	260
2006	Matadouro	Parque Califórnia	228
2006	Vilmar Cavas Assed	Santa Cruz - Rodovia RJ-158 (Campos - São Fidélis)	47
2006	Travessão	Travessão de Campos	47
2006	Aeroporto I	Pq. Aeroporto	55
2006	Aeroporto II	Pq. Aeroporto	45
2006	Três Vendas	Três Vendas	29

<sup>6</sup> Dados do Estudo Socioeconômico 1997-2001 dos municípios do Rio de Janeiro - secretária geral de planejamento do Tribunal de Contas, Rio de Janeiro, 2002.

<sup>7</sup> Entrevista pelos jornalistas de “*política de desfavelização do prefeito*”. Ainda, afirmam que “*O prefeito já adiantou que, no início do ano, outras famílias carentes serão contempladas com a entrega de novas moradias no Residencial dos Nogueiras, atrás do Hospital Geral de Guarus (HGG), e no Parque Eldorado, onde estão sendo construídas 286 casas.*” Isto demonstra que outras remoções serão feitas.

As políticas remocionistas têm marcado fortemente as ações na área de habitação das cidades de porte médio, principalmente naquelas que possuem receitas maiores ou que estão marcadas pela forte atuação do setor da construção. Campos não constitui exceção, pois possui atualmente 16 conjuntos habitacionais. Contudo, raramente as favelas vêm acompanhadas de políticas de urbanização. Temos para este ano de 2008 o anúncio da prefeitura da construção de outros quatro conjuntos habitacionais: 300 unidades no Residencial das Nogueiras, atrás do Hospital de Guarus (em construção); 170 unidades no parque Esplanada (em construção); conjuntos na Tapera e nos km 8 e 13 da BR-101. Isto demonstra que a política de remoção de favelas ainda persistira por muito tempo.

#### **4- A experiência do conjunto habitacional Aldeia.**

O conjunto habitacional da Aldeia foi edificado em 2001 para atender inicialmente a famílias que moravam na área de risco da favela da Aldeia e embaixo da ponte da Cadeia, num local denominado Coroa. O residencial foi construído próximo (em frente) à antiga favela, que se localiza a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, no Sub-distrito de Guarus. Esta favela foi formada a partir<sup>8</sup> de 1961 por pessoas de várias localidades do município de Campos, que vindo para a cidade em busca de emprego e sem dinheiro para a aquisição de uma casa, foram se instalando à beira do rio. Segundo o Censo realizado em 2000, a favela possuía 533 famílias em seu território. Após a construção do Conjunto, 350 famílias foram removidas, e atualmente ainda existem por volta de 200 residências próximas ao rio que não foram contempladas pelo programa habitacional por não estarem em área de risco de enchente.

O parque Aldeia, como é chamado no mapa da cidade, ou favela da Aldeia, como é chamada pela cidade, é afastado do perímetro urbano e marcado por uma grande precariedade de emprego, centro médico, transporte e habitações de um modo geral. Todos os anos eram freqüentes as notícias de famílias desalojadas pela enchente e se fazia urgente um programa habitacional que assistisse o local. Contudo, se fazia necessária uma política ampla que abrangesse todas as carências do local devido a sua extrema necessidade.

Em 2001 ocorreu, de forma emergencial, a construção do conjunto habitacional, uma obra realizada pela prefeitura de Campos através da Empresa Municipal de Habitação (EMHAB), em uma parceria com o governo do Estado, através da Companhia Estadual de Habitação (CEHAB/RJ) e com a Caixa Econômica Federal (CEF). Os moradores do conjunto tiveram que pagar um valor simbólico de R\$ 1,00 (um real), em doze prestações, durante cinco anos, à CEHAB/RJ, que não pode fazer doação por ser uma empresa (Póvoa, 2002). Inicialmente o morador adquire um recibo e só após o pagamento destas prestações ele recebe a escritura definitiva do imóvel. Os moradores pouco opinaram nos projetos e na construção do conjunto. As pessoas que antes moravam na favela foram removidas para o residencial, tendo que arcar com todos os serviços urbanos de sua nova casa, ou seja, água, luz, IPTU entre outros impostos e custos que antes estavam dispostos para muitos de maneira ilegal.

---

<sup>8</sup> Fonte: Departamento de Assistência Social da PMC - PDUC/1978. Em 1978, a favela da Aldeia já contava, segundo dados da prefeitura, com 165 casas de madeira e 96 de tijolo.



Foto 1- Exemplo de Casas em seu modelo original (Fonte : Jornal O Diário, 2006, Isaías Fernandes)

As casas do conjunto residencial foram construídas todas iguais, com sala, cozinha, banheiro e dois quartos, sem muro e com pequeno quintal atrás. Contudo, em poucos meses, vários moradores já tinham feito mudanças em suas casas, acrescentando muro, mais cômodos entre outras modificações. Algumas casas até fizeram construções de dois andares, outras pessoas construíram outra casa no quintal etc. O que se percebe é a busca pela diferenciação, ou seja, todos recebem casas iguais, mas não querem permanecer assim. E isto é visível na fala do morador, pois *“quem tem condição vai modificando para as casas não ficarem iguais. Aí cada uma vai ficando melhor que a outra...”*.



Foto 2: Casas do Conjunto Aldeia modificadas por seus moradores (Foto: Ana Paula S. Nogueira, 2008)

Segundo os moradores, as modificações na casa conferem maior valor e até certo status em comparação com os que ainda continuam com a casa em seu modelo original. A busca por distinção é visível em várias falas, e para alguns representa uma forma de fazer com que suas casas pareçam nem pertencer ao bairro. Conforme relata uma moradora:

*“Então já aqui, você vê que tem gente que tem hora que você diz que não mora na comunidade da Aldeia, que tem casa altos e baixos, melhora a casa, tem como melhorar... já na beira do rio é mais difícil.” (sic)*

Segundo o presidente da Associação de moradores do local, Luís Carlos Bessa, o conjunto habitacional possui hoje 510 casas doadas pela prefeitura e Estado, contudo nos fundos destas casas existem mais 300 residências edificadas posteriormente pelos próprios moradores. Segundo o mesmo, isto é um fator relevante e que causa problemas de infraestrutura. Para os órgãos públicos, só se considera a existência das famílias que receberam as casas legalmente, porém estas outras 300 casas também fazem parte do conjunto habitacional,

apesar de não legalizadas. Segundo o presidente, não ocorreu uma assistência continuada dos órgãos públicos à comunidade, e esta hoje reflete com sinais de precariedade este fato. A comunidade vive um quadro de abandono. Existem problemas de esgoto, água, o fechamento do posto médico, a falta de transporte com mais frequência e de postos educativos com cursos profissionalizantes. É visível o baixo nível de renda. A maioria dos moradores trabalha em plantações de cana de açúcar, ganhando baixos salários. Luís afirma que ainda é difícil a população conseguir emprego no centro e em outros bairros da cidade devido à distância e a sua baixa escolaridade.

Em visitas de campo e entrevistas ao conjunto realizadas em 2007 e 2008, que ainda estamos desenvolvendo, moradores afirmaram que inicialmente foram removidos por estarem em uma área de risco de enchentes. Todavia vários moradores que não eram ribeirinhos foram contemplados com as casas populares. Além disto, moradores de outros bairros da cidade também receberam casas, o que determinou que o conjunto se tornasse altamente heterogêneo.

Para evitar conflitos, a prefeitura de Campos cadastrou os moradores e os organizou no residencial por vizinhança. Assim, quem era vizinho na favela continuou vizinho no residencial. Os outros moradores que não vieram da Favela da Aldeia também foram alocados juntos, na parte de trás do residencial. O presidente da Associação afirmou que a convivência no conjunto é marcada por algumas divergências devidas a esta diversidade de origem dos moradores. Para ele, o início foi bastante difícil, e atualmente as pessoas já estão bem mais integrada,s embora ainda hoje existam divergências. Segundo o mesmo, vários moradores que vieram de outras áreas da cidade chegaram ao conjunto com medo, pois recebavam pela violência do local, tão anunciada nos jornais.

Outro fator ressaltado foi a integração entre o conjunto e os moradores do resto do Parque Aldeia que ainda moram próximos ao rio, por volta de 200 residências. Segundo o presidente da associação, muitos laços foram enfraquecidos com a ida para o conjunto. Famílias que também queriam ser contempladas não receberam casas. De início, isto criou certo mal estar. Era uma situação nova para todos, e a comunidade teve que se adaptar a esta nova realidade e entender que continuavam sendo um mesmo grupo: a comunidade da Aldeia. Embora removidos, ainda que para perto, todos se vêem pertencentes à comunidade da Aldeia e a construção do conjunto não destruiu o espírito da comunidade e o sentimento de pertencimento comum entre os que foram removidos e os que continuam próximos ao rio.

De acordo com Sr. Luís, ainda existem cerca de 10 famílias que vivem em área de risco de enchente na favela. Porém, estes moradores não quiseram deixar suas casas para serem removidos para o conjunto. Estes alegam que as casas que possuem atualmente são bem melhores do que as concedidas pelo governo e que se fizessem esta transição sairiam no prejuízo. Estes moradores que não querem sair possuem casas de dois andares, e no período de cheia, quando a parte de baixo da residência é alagada, eles se mudam para a parte de cima. Além disto, precisam assinar um termo de responsabilidade fornecido pela defesa civil.



Moradias próximas ao Rio Paraíba. (Fonte: Jornal O Diário, 2006, Carlos Grevi)

Observei também que existem moradores que não estão satisfeitos com a remoção para o conjunto e em terem saído da favela e abandonado amigos e parentes. Não é raro ver em alguns, certo saudosismo e falas como: “*lá era simples, mas eu podia fazer o que eu quisesse, tinha mais liberdade*”; “*a violência (aqui no conjunto) é muito maior... nem parece que é o mesmo bairro*”; “*sinto saudade de morar na beira do rio, quando eu podia pescar à vontade*”. A remoção não significou para alguns apenas uma mudança de casa, mas uma mudança em todas as áreas de suas vidas. Para alguns, uma mudança para pior. Segundo o relato de Regina Santos, 65 anos, ela sente saudade do período em que morava na favela, próxima ao rio, e se arrepende de ter saído da sua antiga casa e ido para o conjunto habitacional:

*“Lá (na favela) era melhor, os vizinhos eram mais próximos, tinha mais saúde. Lá era mais calmo e aqui é mais agitado. Meu marido também não gosta. Eu morava lá há 30 anos, e minha casa tinha terreno bom para plantar, eu podia criar, aqui eu moro há 6 anos e aqui é legal mas lá era melhor, minhas amigas estavam lá. Ainda assim, gastei bastante para aumentar o muro pois aqui é perigoso. Aqui eu não posso vender. Pelo menos lá eu tinha meu barracinho e podia fazer o que quisesse dele”. (sic)*

Assim, o que percebemos é que nem todos se adaptaram ao novo lugar. Contudo, a maioria vê no conjunto uma forma de ascensão social através da aquisição da casa própria. Muitos afirmam que a “*sociedade*”, a “*cidade*”, passou a vê-los um pouco melhor e que a discriminação era maior quando eles moravam na favela. Segundo o presidente da associação de moradores, apesar das mudanças, a cidade ainda tem medo e preconceito pelos moradores da Aldeia:

*“É isso daí (a remoção de favelas) eu acho que dá mais dignidade às comunidades, por que nós aqui, por exemplo, a gente fala assim, aqui hoje é chamada comunidade da Aldeia, antigamente é favela da Aldeia. Até pra uma mulher aqui arranjar um emprego na casa de família, ficava um negocio meio... “favela!?”... sabe como é que é a sociedade discrimina muito a favela, ela discrimina muito a favela... mas hoje ainda tem preconceito, pois a gente continua uma comunidade carente.” (sic)*

Um dos assuntos apontados pelos entrevistados para a continuação do medo por parte da cidade em relação à comunidade, é a violência e tráfico presente no conjunto habitacional. Segundo um morador, o tráfico era maior antes do conjunto habitacional existir, pois a favela



era feita só de becos e ficava mais difícil para a polícia entrar no local. Hoje, como as ruas do conjunto são lineares e asfaltadas, a entrada da polícia é constante e as notícias na mídia referentes à prisão, apreensão de drogas e até morte são frequentes. Vários moradores vivem com medo e quase não saem de suas casas. Muitos construíram muros altos para a inibição da criminalidade, o que também inibe o contato entre vizinhos.

Outro ponto relevante é a transformação ou permanências das práticas do local anterior (favela) e do conjunto habitacional. Segundo alguns moradores, quando moravam na favela, os vizinhos eram mais unidos. As casas eram distribuídas em becos, a maioria sem muros, e por isso o contato era maior. Todos se conheciam e sabiam onde cada um morava. Nos momentos de enchente, a solidariedade entre eles alcançava o seu ponto máximo e todos se ajudavam, seja abrigando os desalojados, seja vigiando o aumento do rio etc. Contudo, a ida para o conjunto habitacional diminuiu a união da comunidade. Agora, as casas possuem muros, estão localizadas em ruas retas e a comunicação entre os vizinhos está mais dificultada.

Observamos também a utilização da casa como recurso econômico. Na favela, muitos moradores plantavam e criavam animais em seus quintais. Outros tinham vendas e botecos em suas residências. A ida para o conjunto representava o fim destas práticas, uma vez que seriam proibidas. Porém, em poucos meses os moradores já estavam abrindo comércio e botecos nas suas casas, nas extensões de suas salas. Alguns também começaram a plantar e criar animais em seus quintais, embora a vigilância sanitária faça o controle destes casos. Os próprios vizinhos, muitas vezes incomodados com o cheiro dos animais, fazem denúncias aos órgãos públicos. Observa-se assim que alguns moradores mudaram seus hábitos com a mudança para o conjunto, alguns em busca de uma elevação social, outros, porém, talvez a maioria, continua com as mesmas maneiras de quando morava na favela, o que causa conflitos entre eles e também a “degradação” do conjunto. Segundo um morador:

*“É como se as pessoas só se acostumassem com a pobreza. Não sabem viver com a casa nova e em pouco tempo ela já estava toda velha e feia. Tem gente que até cria animais, que planta. Aí a vigilância sanitária vai lá e multa. E tem que multar mesmo. Parece que o povo não quer viver melhor...” (sic)*

Passados oito anos da remoção, são visíveis os problemas apresentados pelo residencial. O local se evidencia por sua extrema carência e pobreza. O conjunto, projetado para ser uma chance de vida melhor para os moradores, apresenta problemas similares ao período em que estes moravam na favela. A permanência do tráfico, da violência de forma geral, a degradação das residências (feita com materiais de baixa qualidade), a falta de transporte, escola, posto médico, área de lazer e trabalho e o baixo nível de renda, entre outros pontos, revela que muitos problemas continuaram. Segundo os entrevistados, a grande conquista é que suas casas já não recebem água no período da enchente. Mas a pobreza continua. É aparente em alguns moradores a frustração e frases como “*eu pensei que aqui eu teria uma vida melhor*”. Mas uma casa, um espaço físico, não é suficiente para se ter uma vida melhor. É preciso acesso à educação, saúde, emprego e segurança. Segundo uma moradora: “*...eu gosto daqui, só podia ser mais tranquilo, pois a violência é grande, às vezes dá até vontade de ir embora.*” Desta forma, é necessário que o poder público não forneça apenas a casa, mas uma assistência contínua, acompanhando as necessidades do local nas demais áreas que são de sua responsabilidade.

## Considerações finais

Este trabalho vem buscando analisar a remoção pelo olhar de quem foi removido, ou seja, como esta política afetou a vida desta população. Passados 8 anos da remoção da favela da Aldeia, é preciso avaliar seus impactos, recuperando o “espírito” dos estudos dos anos 60, que levaram em consideração não apenas indicadores estatísticos de condições de vida obtidas, mas partiram a campo para incorporar os moradores e suas experiências (Valladares).

Neste sentido, almejamos ultrapassar uma análise puramente economicista ou política para avaliar o impacto social destas políticas remocionistas sobre a população em questão. Dessa forma, busca-se entender a política de remoção pela percepção e memória dos moradores do Conjunto Habitacional da Aldeia. Assim, entenderemos como esta política afetou suas vidas até o momento.

Observamos que a remoção, uma vez realizada pelos órgãos públicos, precisa ser acompanhada de outras políticas, tais como educação, emprego, saúde, entre outras. Além disto, é necessário um acompanhamento da comunidade e o que se tem observado é o seu abandono. O discurso dos agentes governamentais é que esta política busca dar dignidade e cidadania à população carente e favelada. Porém, muitas vezes o conjunto habitacional torna-se, diante do descaso e da falta de planejamento adequado, uma “favela legalizada”. A população recebe uma casa, porém continua com os mesmos dilemas de quando morava na favela.

Desta forma, já podemos perceber que a remoção por si só não consegue elevar uma população do quadro de carência e segregação. Ela pode resolver o problema da casa, mas não garante a inserção à cidade e aos direitos urbanos. Muitas vezes a remoção funciona apenas como confinamento do problema: a população pobre. Uma população que cresce a cada dia em nossas cidades e que não consegue, mediante a especulação imobiliária, adquirir um direito que lhe cabe: a moradia. Contudo, este “confinamento” isola esta população da convivência com a urbanidade e em muitos momentos não leva em conta a cultura, a história e os laços sociais destes.

Em suma, o retorno das práticas de remoção por parte dos órgãos públicos das cidades de médio porte, entre elas Campos, evidencia a necessidade de estudos sobre o tema. Entender este processo representa uma dupla empreitada: analisar a expansão desta política remocionista e, principalmente, a percepção do morador removido sobre ela.

## Referências Bibliográficas

- Arretche, Marta. T.S.1996. *Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência das políticas públicas?* São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais.
- Arretche, Marta. T.S. *Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais.
- Castells, M. *A questão urbana*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.
- Corrêa, R. L. *O espaço urbano*. Série Princípios. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática.
- Davis, Mike. *Planeta Favela*. Tradução; Beatriz Medina. São Paulo: Ed. Boitempo.
- Dias, Vera Lucia Nehls & Mitchell, Ana Stumpf. *A moradia popular e o “morar bem” no sul do Brasil: entre a realidade e o sonho*. Santa Catarina: UDESC.
- Heidegger, Martin. 1994. *Construir, habitar e pensar*. In conferencias e artículos, Serbal, Barcelona.
- Hobsbawn, Erik.1997. *A era das revoluções 1789 – 1848*. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Lefebvre, Henri.1969. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos.
- Lefebvre, Henri.1999. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Leitão, Gerônimo & Andrade, Luciana da Silva. 2007. Transformações na paisagem urbana: "favelização" de conjuntos habitacionais. *Anais XII encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional*. Belém, 21 a 25 de maio.
- Lima, Adson C. Bozzi Ramatis. 2007. *Habitare e habitus — um ensaio sobre a dimensão ontológica do ato de habitar*. Rio de Janeiro: Arquitextos 091.
- Maiolino, A.L.; mancebo, D. 2005. “Análise histórica da desigualdade”: marginalidade, segregação e exclusão”. *Psicologia & Sociedade*; vol.17; mai/ago p.14-20.
- Maricato, Ermínia.2001. *Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente*. (IN) Viana, Gilney & Silva, Marina (orgs). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: editora fundação Perseu Abramo (coleção pensamento petista).
- Melo, Marcus André.1993. “Anatomia do Fracasso: Intermediação de Interesse e a Reforma das Políticas Sociais na Nova República”. *Dados*, Vol. 36, Rio de Janeiro.
- Póvoa, Fabiana. 2002. *A municipalização da política de habitação popular em Campos dos Goytacazes-RJ (1989-2001)*. Dissertação do curso de Mestrado em Políticas Sociais – Campos dos Goytacazes – RJ. Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF – RJ.
- Rolnik, Raquel. 1998. *O que é a cidade*. Coleção Primeiros Passos. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

- Santos, Milton. 1982. *Ensaaios sobre a urbanização Latino-americana*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, Milton. 1987. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel.
- Santos, Milton. 1991. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, Milton. 1999. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Sayad, Abdelmalek. 1991. Uma pobreza “exótica”: a imigração argelina na França. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Brasil: Anpocs/Dumará.
- Soares, Antonio & Espinheira, Carlos. 2006. Conjuntos habitacionais em Salvador-BA - A transitória inserção social. *Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*. Salvador: EESC-USP.
- Souza, Marcelo José Lopes de. 1996. *Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual*. São Paulo: Ática.
- Ribeiro, Luiz César de Queiroz (ORG).1996. *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ
- Valladares, Lícia (Org).1982. *Repensando o espaço Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Valladares, Lícia.2000. *A Gênese da favela carioca*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais.
- Valladares, Lícia.1978. *Passa-se uma casa. Análise do Programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Zahar editores.
- Vaz, Lílian Fessler & Jacques, Paola B. 2004. *Pequeno Histórico das favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.
- Villaça, Flávio. 2001. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP: Lincoln Institute.
- Zaluar, Alba.1985. *A máquina da revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense.
- Zaluar, Alba & Aluito, Marcos (Orgs).1999. *Um século de Favelas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.